



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.885-A, DE 2021

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 1977, para definir que o imposto de exportação incidirá sobre a exportação de commodities; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, pela rejeição (relator: DEP. VITOR LIPPI).

NOVO DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N° , DE 2021 (do Sr. Reginaldo Lopes)

Apresentação: 04/11/2021 12:46 - Mesa

PL n.3885/2021

Altera o Decreto-Lei nº.1.578, de 1977, para definir que o imposto de exportação incidirá sobre a exportação de *commodities*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Decreto-Lei nº.1.578, de 11 de outubro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

§ 3º O imposto incidirá sobre a exportação de:

I - bens homogêneos, sem ou com baixo grau de industrialização, com características padronizadas, produzidos em larga escala e com preços referenciados em bolsas de mercadorias e futuros no Brasil ou no exterior (“*commodities*”), na forma do regulamento; e

II - outros bens e serviços definidos pelo Poder Executivo.

.....

Art. 3º. A alíquota do imposto será fixada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. As alíquotas aplicadas aos bens de que trata o inciso I do § 3º do art.1º serão revisadas periodicamente, com frequência mínima anual, e, a cada revisão, sua variação será proporcional à variação, em moeda nacional, nos preços médios de negociação do bem nos termos do regulamento.

”

.....

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de Lei determina que, como regra, o imposto de exportação se aplicará às *commodities*, bens homogêneos sem ou com baixo grau de industrialização, com características padronizadas, produzidos em larga escala e com preços referenciados em bolsas de mercadorias e futuros. Propõe que a alíquota do imposto



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210516216900>

CD210516216900*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/11/2021 12:46 - Mesa

PL n.3885/2021

nesses casos será fixada pelo Poder Executivo e revisada periodicamente, com frequência mínima anual, e, a cada revisão, sua variação será proporcional à variação nos preços médios de negociação do bem. Ou seja, as alíquotas serão tanto maiores quanto maior tiver sido o aumento do preço desse bem, aumento resultante não das ações do produtor nacional, mas da alteração das condições de oferta e demanda nos mercados internacionais fora de seu controle.

Ao reduzir para o vendedor a rentabilidade relativa do bem não industrializado, a proposta busca incentivar sua industrialização no país, aumentando o valor aqui agregado e, com isso, o volume de lucros gerados e de salários pagos internamente, que de outra forma seriam transferidos ao exterior. O imposto também eleva a competitividade dos produtos nacionais industrializados que utilizam o bem exportável como insumo, que se torna relativamente mais barato no país que no exterior. Contribui assim para o crescimento da atividade econômica e para a melhoria da distribuição de renda no país.

A redução da rentabilidade das exportações permite, ainda, que o imposto funcione como instrumento regulatório para garantir o abastecimento interno, que se torna relativamente mais rentável. Além disso, ao aumentar a oferta do bem no país, reduz seu preço bem como o daqueles que o utilizam como insumo, contribuindo ao controle da inflação.

O imposto de exportação também contribui para proteger a taxa de câmbio (e as decisões de produção dos bens que são a ela sensíveis) das violentas flutuações a que estão sujeitos os preços das *commodities*, assim como, em tempos de preços elevados, da tendência à sobrevalorização cambial.

Ao incentivar o beneficiamento no país, reduz os custos de manutenção e os investimentos necessários para ampliar a infraestrutura logística, uma vez que produtos industrializados tendem a ter menor peso e volume que os insumos utilizados em sua produção.

Se aplicado a bens cujo preço é definido em mercados internacionais e se for corretamente calibrado com alíquotas variáveis em função dos preços, o imposto não altera as decisões de produção, e permite ao Estado se apropriar de parte do excedente obtido pelo produtor em razão de variações no preço do bem que ocorrem independentemente de suas ações.

Finalmente, a arrecadação do imposto é especialmente simples e de baixo custo.

Hoje, o imposto de exportação praticamente não é utilizado no Brasil. Ao determinar que ele deve se aplicar às *commodities* exportadas pelo país, o projeto muda essa situação, e estende fortemente seu uso. Com esse objetivo, e sendo o imposto de exportação um instrumento especialmente útil para a promoção do desenvolvimento nacional, peço apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente projeto.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210516216900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Sessões, de agosto de 2021.

Deputado Federal

Apresentação: 04/11/2021 12:46 - Mesa

PL n.3885/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210516216900>



* C D 2 1 0 5 1 6 2 1 6 9 0 0 *

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI N° 1.578, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre o imposto de exportação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produto nacional ou nacionalizado tem como, fato gerador a saída deste do território nacional.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da expedição da guia de exportação ou documento equivalente.

§ 2º *(Revogado pela Lei nº 9.019, de 30/3/1995)*

§ 3º O Poder Executivo relacionará os produtos sujeitos ao imposto. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.716, de 26/11/1998)*

Art. 2º A base de cálculo do imposto é o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional, observadas as normas expedidas pelo Poder Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional. *(Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/8/2001)*

§ 1º O preço à vista do produto, FOB ou posto na fronteira, é indicativo do preço normal.

§ 2º Quando o preço do produto for de difícil apuração ou for susceptível de oscilações bruscas no mercado internacional, o Poder Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional, fixará critérios específicos ou estabelecerá pauta de valor mínimo, para apuração de base de cálculo. *(Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/8/2001)*

§ 3º Para efeito de determinação da base de cálculo do imposto, o preço de venda das mercadorias exportadas não poderá ser inferior ao seu custo de aquisição ou produção, acrescido dos impostos e das contribuições incidentes e de margem de lucro de quinze por cento sobre a soma dos custos, mais impostos e contribuições. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.716, de 26/11/1998)*

Art. 3º A alíquota do imposto é de trinta por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou aumentá-la, para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

Parágrafo único. Em caso de elevação, a alíquota do imposto não poderá ser superior a cinco vezes o percentual fixado neste artigo. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.716, de 26/11/1998)*

Art. 4º O pagamento do imposto será realizado na forma e no momento fixados pelo Ministro da Fazenda, que poderá determinar sua exigibilidade antes da efetiva saída do produto a ser exportado.

Parágrafo único. Poderá ser dispensada a cobrança do imposto em função do destino da mercadoria exportada, observadas normas editadas pelo Ministro de Estado da Fazenda. *(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 9.716, de 26/11/1998)*

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI N° 3885, DE 2021

Altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 1977, para definir que o imposto de exportação incidirá sobre a exportação de *commodities*.

Autor: Deputado REGINALDO LOPES

Relator: Deputado VITOR LIPPI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3885/21, de autoria do nobre Deputado Reginaldo Lopes, propõe a incidência do imposto de exportação sobre a exportação de *commodities*. Para tal, promove alterações no Decreto-Lei nº 1.578, de 1977, que dispõe sobre o imposto de exportação.

A proposta define que as *commodities* contempladas pelo imposto são de bens homogêneos sem ou com baixo grau de industrialização, com características padronizadas, produzidos em larga escala e com preços referenciados em bolsas de mercadorias e futuros. Além disso, as alíquotas do imposto deverão ser revisadas periodicamente e com frequência mínima anual. Sendo que, para cada revisão, a alteração será proporcional à variação em moeda nacional, convergente aos preços médios de negociação do bem.

O Projeto de Lei nº 3885/21 foi distribuído em 22/12/2021 às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária.

Com o início desta legislatura o projeto foi redistribuído em 22/03/23, pela ordem, às Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Indústria, Comércio e Serviços, em regime de tramitação ordinária. Encaminhada a proposição ao nosso Colegiado recebemos, em 29/03/23, a honrosa missão de relatar a proposição.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.



I – VOTO DO RELATOR

O Brasil tem em sua agenda de crescimento econômico, social e de sua indústria nacional grandes desafios a serem superados. Para tais desafios, o Estado, junto ao Parlamento e em consonância às demandas da iniciativa privada e da sociedade civil, deve construir projetos e planos de curto, médio e longo prazo para garantir um crescimento perene, assertivo e que garanta a promoção da superação de desigualdades. Além disso, busca-se maior presença do Brasil no mercado internacional, visto que nosso território possui diversos insumos essenciais para inúmeros produtos, serviços e para a geração de novas tecnologias.

No plano internacional é essencial a coordenação de políticas públicas de ordem econômica, financeira e tributária para se promover superávits comerciais, acumulando reservas cambiais e o financiamento de setores com déficits fiscais em transações correntes.

Entretanto, diante de um cenário de grandes entraves para o nosso setor industrial, ainda registramos maior número de exportações em produtos com menor valor agregado, que são as *commodities*.

Diante do grande número de exportações de *commodities*, do desafio da depreciação da taxa cambial e da liquidez suscitada pelas crises financeiras nacionais e internacionais, uma das formas de se alavancar exportações de produtos com maior valor agregado se dá pela construção de políticas públicas que promovam um cenário nacional mais benéfico para o empreendedorismo. As políticas públicas devem propiciar incentivos precisos para o incremento da inovação e de novas tecnologias na indústria, que é a maior responsável por exportações de produtos manufaturados com amplo uso de tecnologias, o que propicia maior valoração econômica.

O intento da proposta apresentada pelo nobre deputado é a busca de um cenário que promova mais estímulos para a indústria e empreendedorismo nacional. Entretanto, onerar os valores de exportação de *commodities* não é considerada a forma mais adequada para beneficiar nossos empresários.

Definir que o imposto de exportação deva ser aplicado também para exportação de *commodities* é onerar um setor que possui uma importante parcela de exportação e, portanto, contribui para uma balança comercial mais favorável ao Brasil. Mesmo buscando restringir para aquelas *commodities* consideradas bens homogêneos, sem ou com baixo grau de industrialização, com características padronizadas, produzidos em larga escala e com preços referenciados em bolsas de mercadorias e futuros com a revisão pelo Poder Executivo das alíquotas aplicadas.

Nosso país é valorizado e reconhecido como um importante exportador de grãos e alimentos para todo o mundo. E não gostaríamos de ver tal pujança ser prejudicada por uma política que intenta acelerar o desenvolvimento industrial, mas que tem o potencial de prejudicar os setores que exportam *commodities* para todo o mundo.



* c d 2 3 7 9 2 0 7 6 6 0 0 *

A proposta de reduzir a rentabilidade daquele que exporta um bem não industrializado, não estimula, por si só, a maior industrialização no País. Além disso, estamos confiantes do hercúleo trabalho empreendido pelo Parlamento Brasileiro para que medidas mais assertivas, como a Reforma Tributária, que deve promover maior simplificação com menores custos judiciais, financeiros e menor complexidade para os empreendedores de todos os níveis, entre outras propostas de estímulo à inovação e melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e de nossa expertise técnica, sejam aprovadas.

A única forma de promovermos a industrialização, com a ampliação de nossas indústrias, é pela promoção de medidas que melhorem a competitividade e a redução de custos. Segundo indicadores, o custo de se produzir no Brasil é 20% maior do que em outros países, o chamado Custo Brasil. O cálculo traz um panorama da despesa adicional que as empresas têm para produzir no país levando em conta todo o ciclo do negócio. O Custo Brasil é R\$ 1,7 trilhão superior à média dos países da OCDE.

Portanto, embora o desejo do autor seja meritório, somente medidas que promovam a melhora do ambiente de negócios, com maior produtividade e competitividade, podem alcançar o resultado desejado. Pois estas medidas sim atuariam nas causas que contribuem com o elevado custo de nossas indústrias.

Somos, portanto, desfavoráveis ao projeto por entendermos que ele traria mais dificuldades aos importantes setores de exportação de *commodities*, do que benefícios para a industrialização do país.

Dessa forma, ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3885, de 2021.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2023.

Deputado VITOR LIPPI

Relator



* C D 2 3 7 9 2 0 7 6 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 3.885, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.885/2021, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vitor Lippi.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Félix Mendonça Júnior - Presidente, Dr. Fernando Máximo - Vice-Presidente, Felipe Francischini, Florentino Neto, Jadyel Alencar, Luiz Gastão, Rodrigo Gambale, Saulo Pedroso, André Figueiredo, Any Ortiz, Daniela Reinehr, Keniston Braga, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Rodrigo Valadares, Ronaldo Nogueira, Sidney Leite, Vitor Lippi e Welter.

Sala da Comissão, em 20 de dezembro de 2023.

Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
Presidente

Apresentação: 21/12/2023 14:41:58.907 - CDE
PAR 1 CDE => PL 3885/2021

PAR n.1

